

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na comercialização de produtos agroecológicos do assentamento “Mário Lago”, Ribeirão Preto/SP

Patricia Joia Nunes

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Campus de Araras
e-mail: pjoianunes@gmail.com

Marta Cristina Marjotta-Maistro

Professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Campus de Araras
e-mail: marjotta@cca.ufscar.br

Resumo

O assentamento Mário Lago, localizado no município de Ribeirão Preto/SP foi constituído através de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) visando conciliar geração de renda e recuperação ambiental através dos sistemas de produção agroecológicos. O objetivo geral deste trabalho foi sistematizar os dados de comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em projetos executados pelas entidades do assentamento, no período de 2011 a 2015 e os objetivos específicos foram: comparar a quantidade de recursos movimentada nos assentamentos e a quantidade de alimentos em relação ao total do município, bem como, refletir acerca da importância do PAA no assentamento Mário Lago para o incentivo à produção agroecológica. Para atingir os objetivos foram realizados levantamentos bibliográficos e análise de dados secundários. Como resultado, observou-se que, no período estudado, o assentamento movimentou uma quantidade expressiva de recursos comparados ao movimentado no município, representam 45% do total, bem como alta quantidade e variedade de alimentos, demonstrando a importância desta ferramenta de comercialização institucional para o estabelecimento das famílias e incentivo ao sistema de produção local e agroecológico.

Palavras-chave: Assentamentos rurais; agroecologia; comercialização; políticas públicas.

The Food Acquisition Program (PAA) in the commercialization of agroecological products of the “Mário Lago” settlement, Ribeirão Preto/SP

Abstract

Throughout its history, the Landless Rural Workers Movement (in portuguese "Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST) has built different ways of making life possible in its rural settlements in order to generate income, permanence the countryside and cares for nature, for this issues as organization of the territory, production and commercialization expanded larger through the proposals of agricultural cooperation and agroecology. From this context, since the end of 2011, the Mário Lago settlement, located in Ribeirão Preto / SP, has leveraged agroforestry and commercialization, becoming an important reference for the experiences of other rural settlements in the country. Therefore, the general objective of this paper was to identify and analyze the commercialization strategies adopted by the families involved and to reflect on the economic, social and political implications that involve the life of the subjects of this process, highlighting potentials and difficulties, the specific objectives were to identify the possibilities of marketing commercialization to the country's rural settlements; describe the strategies used by the farmers of the "Mário Lago" settlement; to carry out a survey of primary data, which were addressed to issues such as: products

traded in agroforestry containing variety and quantities; of the average income per farmer within the marketing strategy adopted, among others. The research was exploratory with analysis of secondary data and primary data collection from 25 interviewed families. From the data, the SWOT analysis was applied (FOFA) and it was concluded that the experience of the commercialization via agroforestry baskets represented an important increase in the income of the producers that market it and provided autonomy to the farming families; Thus, this form of commercialization becomes an important reference for other possible experiences in settlements in the state of São Paulo.

Keywords: Rural settlements; agroecological systems; commercialization; public policy.

El Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) en la comercialización de productos agro-ecológicos de la solución "Mario Lago", Ribeirão Preto/SP

Resumen

El Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), a lo largo de su historia ha contruido diferentes formas de posibilitar la vida en sus asentamientos rurales proponiendo la generación de renta, la permanencia de las familias en el campo y el cuidado de la naturaleza, además de que aspectos como la organización del territorio, la producción y la comercialización tomaran cuerpo a través de las propuestas de cooperación agrícola y de la agroecología. A partir de este contexto, desde finales de 2011, el asentamiento Mario Lago, localizado en Ribeirão Preto/SP, potenció un proceso de producción agroforestal y comercialización, convirtiéndose en importante referencia para las experiencias desarrolladas en otros asentamientos rurales del país. Por ello, el objetivo principal de este trabajo ha sido identificar y analizar las estrategias de comercialización adoptadas por las familias implicadas y reflexionar sobre las implicaciones económicas, sociales y políticas que plantean para la vida de los sujetos de ese proceso, destacando potencialidades y dificultades. Los objetivos específicos han sido identificar las posibilidades de comercialización para los asentamientos rurales del país; describir las estrategias utilizadas por los agricultores del asentamiento "Mário Lago"; y realizar un levantamiento de datos primario, dirigido hacia cuestiones como: productos comercializados en las agroflorestas incluyendo variedad y cantidades; la renta media por agricultor dentro de la estrategia de comercialización adoptada, entre otras. La investigación fue exploratoria con análisis de datos secundarios y recogida de datos primarios junto a 25 familias entrevistadas. A partir de los datos, se aplicó el análisis SWOT (DAFO) y se concluyó que la experiencia de la comercialización vía cestas agroforestales representó un importante aumento de la renta de los productores que la comercializan y proporcionó autonomía a las familias agricultoras; así, esta forma de comercialización se vuelve una importante referencia para otras posibles experiencias en asentamientos del estado de São Paulo.

Palabras clave: Asentamientos rurales; agroecología; comercialización; políticas públicas.

Introdução

Os assentamentos rurais, constituídos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), vêm desde o final da década de 1980 produzindo grande quantidade de alimentos e construindo diferentes formas de realizar o escoamento dessa produção agrícola visando geração de renda e aumento da qualidade de vida das famílias envolvidas (MST, 2009).

De acordo com Gonçalves (2010), os assentamentos rurais podem ser definidos como comunidades de agricultores que através na dinâmica da luta pela terra conquistaram a condição de camponeses, ou seja, obtendo a possibilidade de produzir e viver da terra. Passando por uma intensa transição de situação social, já que, gradativamente, saem da condição de exclusão para construção efetiva de uma comunidade rural, conquistando elementos importantes de cidadania, como moradia, saúde, educação, cultura, consumo e acesso a diferentes políticas públicas na condição de assentado rural.

A entrada no mercado sempre se mostrou como um desafio para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. As dificuldades perpassam motivos como a concorrência com grandes produtores, gestão administrativa e organização de logística adequada, falta de infraestrutura para transporte e/ou irrigação, dificuldade de acesso aos créditos rurais, bem como, ausência de políticas públicas adequadas ou operantes. (MST, 2009)

A constituição das cooperativas e associações, através de um Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA's), no início da década de 1990, foi uma das formas encontradas pelo MST para viabilizar às famílias o acesso aos diversos mercados, diminuindo também os custos de produção. (GONÇALVES, 2008)

A partir da década de 2000, diante de uma construção teórico-prática acerca da agroecologia encampada por diversos atores sociais, o MST fortaleceu a proposta de produção agroecológica em seus assentamentos. Sendo que, no ano de 2014, durante o VI Congresso, tornou a proposta de produção agroecológica uma linha nacional prioritária e fundamental para colocar em prática o programa de Reforma Agrária Popular. (MST, 2014)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com origem no ano de 2003, tem demonstrado a importância das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, incentivando a produção agrícola através da comercialização em diferentes modalidades (BRASIL, 2014). Esta política tem se feito presente na realidade da comercialização dos assentamentos destinando-se a produção convencional e também a produção agroecológica.

Em 2014, quando o programa completou 10 anos, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) contabilizou que perto de 200 mil agricultores familiares foram beneficiados por meio da compra de produtos, assentados da reforma agrária, extrativistas, pescadores artesanais, povos e comunidades tradicionais, cuja lista chegou a três mil itens, principalmente alimentos frescos, de época e produzidos localmente. Além disso, outros milhares de agricultores foram indiretamente beneficiados devido aos impactos positivos sobre os preços pagos aos produtores (BRASIL, 2014).

Somando-se a esta análise, mais de vinte mil instituições, de amparo a idosos e crianças, associações comunitárias, creches, hospitais entre outras, foram abastecidas

regularmente com alimentos produzidos por esses agricultores, beneficiando milhões de brasileiros atendidos pela rede de serviços de assistência social, educação e saúde do País. Muitas dessas instituições tiveram, pela primeira vez, fornecimento de alimentos regular e sem custos (BRASIL, 2014).

No assentamento Mário Lago, localizado em área de recarga do Aquífero Guarani, município de Ribeirão Preto/SP, constituído em 2008 através de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), a proposta produtiva tem como base a agroecologia e os sistemas agroflorestais (SAF's) se apresentaram como uma das alternativas técnicas discutidas entre a comunidade desde o período de acampamento.

A paisagem local era dominada pelo monocultivo de cana-de-açúcar e muitos eram os questionamentos acerca dessa forma de produção em local de recarga e afloramento do Aquífero Guarani, considerado maior manancial de água doce do mundo.

Para Gliessman (2001) os impactos da moderna agricultura acontecem porque esta depende da simplificação dos ecossistemas para maximizar a produção e o lucro, já que aqueles que a praticam não se preocupam com as consequências ecológicas de longo prazo. Neste sentido, em Ribeirão Preto, cerca de 95% dos alimentos são importados de fora do município, em decorrência do predomínio quase absoluto do monocultivo canavieiro (CORREA NETO, 2016).

Após a homologação do assentamento, no ano de 2007, foram ocorrendo de forma descentralizada, através do incentivo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a formação de associações e cooperativas no intuito de engrenar o processo de comercialização dos produtos agroecológicos. (NUNES; BRECHANI, 2016).

Desde o período de acampamento, iniciado em 2003, as famílias começaram a alterar a paisagem local com produção agrícola diversificada, desenvolvendo experiências espalhadas da comercialização informal porta a porta e pontos de venda. Segundo Correa Neto (2016), este tipo de comercialização é viável, porque o assentamento faz fronteira com as áreas urbanas e existe uma grande demanda por produtos sem agrotóxicos. Porém, a primeira forma de comercialização coletiva organizada pelas famílias foi o PAA .

Neste sentido, o objetivo geral do presente artigo foi analisar a comercialização via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dos produtos agroecológicos em projetos executados pelas cooperativas e associações presentes no assentamento Mário Lago, no período de 2011 a 2015. Como objetivos específicos, fazer uma análise comparativa da quantidade de recursos financeiros (R\$) movimentada e da quantidade de alimentos (kg) comercializadas pelo programa no assentamento em relação ao total do município, bem como, refletir acerca da importância do PAA no assentamento Mário Lago para colocar em prática o projeto de assentamento agroecológico.

Metodologia e dados utilizados

Foi realizada revisão de literatura sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a organização da comercialização nos assentamentos rurais do MST, bem como, sobre o debate da cooperação e agroecologia nestes territórios.

O objeto do estudo foi o assentamento “Mário Lago”, localizado no município de Ribeirão Preto/SP e consolidado no ano 2007 através de um projeto de desenvolvimento sustentável (PDS).

Foram levantados também dados secundários, a partir de duas diferentes bases públicas do governo federal relacionadas ao PAA. São elas:

- a) Secretaria de Avaliação da Gestão da Informação (SAGI) – o sistema disponibiliza informações sobre a execução do PAA, considerando todos os executores do programa através do PAA DATA, um sistema que permite consultar dados desagregados por estados e municípios, apresentando informações sobre agricultores fornecedores, tipo de produtos, recursos, entidades beneficiadas, volume de produtos comercializados, entre outras;
- b) Portal da Transparência Pública do PAA – sistema *online* gestado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) com a missão de fornecer cada vez mais transparência sobre os gastos públicos. Podem ser encontrados dados das associações e cooperativas envolvidas na comercialização por município e também é possível encontrar detalhes sobre a execução dos projetos como os recursos movimentados, quantidade de alimentos (kg), variedade de alimentos e agricultores envolvidos.

O recorte temporal adotado para o levantamento dos dados, de 2011 a 2015, se deu por tratar-se do período inicial do estabelecimento do assentamento pós-homologação da área. Sendo importante ressaltar que, no caso do PAA DATA, os dados de 2014/2015 encontram-se presentes nas bases como “dados preliminares e sujeitos a alterações”, visto que existem ainda alguns projetos terminando sua execução nos diferentes municípios do estado de São Paulo.

Segundo Nunes et. al, (2016), de 2011 até o ano de 2015 atuaram no assentamento, as seguintes entidades jurídicas organizadas pelos assentados: Cooperativa dos Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo (Cooperares), Associação das Mulheres Assentadas de Ribeirão Preto (Amarp); Cooperativa Agroecológica Mãos da Terra (Comater) e Associação Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, sendo que a última entidade atua apenas na organização da comercialização direta via feiras e

entrega de cestas no município de Ribeirão Preto/SP. A venda institucional fica a cargo das outras cooperativas e associações citadas.

Primeiramente foi identificado o montante de recursos comercializados via PAA no município de Ribeirão Preto e o valor do PAA comercializado apenas no assentamento. Em seguida, foi realizada uma comparação entre o total de entidades do município e o total de entidades presentes no assentamento no período de 2011 a 2015, bem como, a quantidade de recursos do PAA no assentamento “Mário Lago” em relação ao total do município no período de 2011 a 2015. Finalmente, a partir dos dados sistematizados e analisados foi realizada uma reflexão sobre a relevância do PAA, no processo de incentivo à produção, dada a potencialidade na geração de renda via comercialização dos produtos agroecológicos do assentamento.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), instituído no primeiro mandato do governo Lula, em 2003, através da Lei 10.696, faz parte do Programa Fome Zero. De acordo com Costa et. al. (2006), o Programa Fome Zero foi elaborado no sentido de construir ações para erradicar a fome e a exclusão social no país, com intuito de se obter uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com um projeto organizado em três eixos: políticas estruturais, locais e específicas.

Rocha (2016, p. 117) relata que “o PAA combina ações de emergência e ações estruturais, com vistas à seguridade alimentar e luta contra a pobreza, buscando, desde uma perspectiva não assistencialista, promover a inclusão social e o desenvolvimento local.” Dessa forma, são considerados beneficiários tanto os produtores rurais como os consumidores finais atendidos.

Essa política pública deve ser considerada uma importante conquista dos movimentos sociais do campo que vinham denunciando, em suas diversas lutas, a prioridade dada ao agronegócio no campo brasileiro e a falta de políticas governamentais de incentivo à comercialização dos pequenos produtores.

A construção do programa partiu de uma situação concreta de pobreza no país, fome e insegurança alimentar. Costa et. al. (2006), a partir do conceito formulado na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional em 2004, define como Segurança Alimentar, a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente de alimentos de qualidade, em quantidades suficientes, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com práticas alimentares

saudáveis, respeitando a diversidade cultural e com bases sustentáveis do ponto de vista sócio-econômico e agroecológico. (COSTA; PASQUAL, 2006)

Segundo Gonçalves (2008), como saída para superar o problema da pobreza e da fome em economias em desenvolvimento e com alto percentual de População Economicamente Ativa (PEA) agrícola, o estudo da FAO (2002) propunha uma maior ação e presença do Estado na oferta de serviços públicos no espaço agrário, políticas de crédito e incentivo aos produtores rurais, para gerar maior quantidade de produção agrícola e reverter o quadro de insegurança alimentar, sobretudo em países que importam alimentos ou recebem ajudas humanitárias de alimentos de organizações internacionais.

Neste sentido, o PAA inovou porque assumiu ao mesmo tempo duas funções: a primeira de fortalecer a agricultura familiar no PRONAF, por meio do apoio à comercialização de seus produtos e a segunda em promover o acesso à alimentação para cidadãos em situação de pobreza e insegurança alimentar como escolas, hospitais e entidades beneficentes, moradores de rua, acampados da reforma agrária, entre outros (SCHIMITT, 2014; ROCHA, 2016).

De acordo com Cavalcanti et. al. (2015), para participação do programa, os fornecedores devem estar enquadrados no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que caracteriza a agricultura familiar, bem como, deve possuir a Declaração de Aptidão (DAP) junto ao Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf) enquadrados nos grupos “A”, “B”, “A/C” e “V”.

Conforme aponta as autoras Cavalcanti et. al. (2015), de acordo com os dados do MDA, o recurso do PAA vem do orçamento vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS/MDA) e a gestão é realizada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). O PAA é coordenado pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) e o controle e participação social no programa acontecem por meio dos conselhos de segurança alimentar e nutricionais nas esferas nacional, estadual e municipal, competindo a eles a elevação de uma maior participação dos beneficiários.

O programa está organizado em seis diferentes modalidades: Compra direta; Formação de estoque; Doação Simultânea; Incentivo a produção e consumo de leite; Compra institucional e; Aquisição de sementes, conforme Tabela 1:

Tabela 1 – Modalidades do PAA no ano de 2015.

Modalidade	Fonte de Recurso	Limites por agricultor	Executor	Forma de acesso
------------	------------------	------------------------	----------	-----------------

Compra Direta	MDS/MDA	R\$ 8.000,00/ano	CONAB	Individual, Cooperativa e Associação
Formação de Estoque	MDS/MDA	R\$ 8.000,00/ano	CONAB	Cooperativa e Associação
Compra Direta com Doação Simultânea	MDS	R\$ 6.500,00/ano	CONAB, estados e municípios	Individual, Cooperativa e Associação
Incentivo a produção e ao consumo de leite	MDS	R\$ 4.000,00/semestre	Estados do nordeste e norte de Minas Gerais	Individual, Cooperativa e Associação
Compra institucional	Recursos do proponente	R\$ 20.000/ano	O próprio proponente	Cooperativa e associação
Aquisição de sementes	MDS	R\$ 16.000,00/ano	CONAB	Individual, Cooperativa e Associação

Fonte: Cavalcanti & Marjotta-Maistro, 2015 e MDA in Da Silva (2015) - Organizado pelas autoras.

Christoffoli (2012) relata que o PAA incorporou mecanismos que direcionaram parte do poder de compra do Estado para o segmento da agricultura familiar e reforma agrária, ocasionando uma dinamização e fortalecimento de segmentos do campesinato que até então se encontravam marginalizados do acesso a mercados.

Shimitt (2014) explica que o PAA também pode promover e contribuir com o avanço de sistemas de produção agroecológicos na agricultura familiar, na medida em que os preços desses produtos podem ter um sobrepreço, desde que estejam em conformidade com as normas que regulamentam o sistema orgânico de produção agropecuária no Brasil.

Uma questão bastante interessante encontra-se no fato de que a maior parte dos recursos do PAA é executada por meio de compras diretas das organizações da agricultura familiar. Dessa forma, há um incentivo à organização das famílias através de associações e cooperativas que atuem nos assentamentos rurais (CAMPOS; BIANCHINI, 2014).

Em uma das avaliações realizadas aparece também que o impacto do programa é bastante interessante do ponto de vista da diversificação da produção e também reconquista de áreas para o cultivo de alimentos agroecológicos, anteriormente tomadas pela soja transgênica como chegou a ocorrer em assentamentos do sul do Brasil (CHRISTOFFOLI, 2012).

Um encontro organizado pelo Brasil com o conjunto dos Ministros de Agricultura dos países africanos, em maio de 2010 (Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Social), teve o PAA como a principal referência das possibilidades de cooperação. Dez países foram selecionados, com os quais o Brasil estreitou os laços na transferência de conhecimento para a implantação de projetos-pilotos semelhantes. Cinco deles – Etiópia, Malauí, Moçambique, Níger e Senegal – já estão

implantando projetos de compra local com o apoio do Governo do Brasil, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e do Departamento para Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido (TAKAGI, 2014).

No trabalho de Cavalcanti et. al. (2015), constatou-se que de 2011 a 2014, o estado de São Paulo apresentou destaque em termo de recursos (R\$) aplicados e no volume da produção (kg) destinada ao PAA, com R\$ 300.818.187,82 e 195.418.846,05 kg, respectivamente). Comparando com os demais estados em um ranking, verificando estas mesmas variáveis, observou-se que o estado ocupou o 3º lugar nos anos de 2011 e 2012, e nos anos de 2013 e 2014 ocupou o 1º.

Com relação às modalidades do PAA, verificou-se que houve destaque para a Doação Simultânea detendo 92,62% do total de recursos repassados para o estado de São Paulo nos anos de 2011 a 2014, representando um montante de R\$ 279.489.550,36. O destaque desta modalidade está associado ao fato de que é a única operada com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário por todos os executores do PAA: CONAB, estados e municípios. (CAVALCANTI et. al., 2015)

Segundo a Plataforma de Indicadores do Governo Federal (2016), o volume de recursos liberados para o Programa de Aquisição de Alimentos, pelo governo Federal, veio apresentando crescimento desde 2003 até o ano de 2012, quando apresentou uma queda de R\$ 838.460.435,51 para R\$ 536.523.691,2, demonstrando prioridade do governo Lula na execução desta política durante o período citado e posteriormente, já durante o primeiro mandato de Dilma Roussef uma queda, demonstrando que este programa não estava mais entre as principais prioridades do governo em questão.

Segundo reportagem online presente no Século Diário¹ (2016, p.1), “um dos responsáveis por uma verdadeira revolução silenciosa no meio rural de todo o país, o PAA pode estar com os dias contados”. Com a mudança do governo Dilma para o governo Temer, segundo reportagem da Folha de São Paulo (2016), a agricultura familiar sofreu um corte drástico de recursos, o PAA, por exemplo, foi reduzido de R\$ 478 milhões para R\$ 294 milhões, o que levará uma diminuição de 91,7 mil famílias atendidas para 41,4 mil famílias.

Ressalta-se também que após a modificação do governo o MDA, responsável pela execução das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar foi extinto, passando a se vincular diretamente a Casa Civil e com uma nomenclatura de Secretaria Especial da Agricultura familiar e Desenvolvimento Agrário.

Cooperação e Agroecologia nos assentamentos rurais do MST

¹ <http://seculodiario.com.br/31465/10/paa-pode-acabar-em-2017>

A intencionalidade do presente tópico é demonstrar de forma breve como os temas da cooperação e agroecologia foram se delineando dentro dos debates e práticas do MST, possibilitando o desenvolvimento da reflexão sobre a importância do PAA como uma das formas para o escoamento dos produtos e para colocar em prática a própria produção agroecológica.

A definição de agricultor familiar é dada pela Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, na qual, é considerado agricultor familiar aquele que desenvolve atividades econômicas no meio rural e atende a alguns requisitos básicos, como: não possuir propriedade rural maior que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade; possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural (BRASIL, 2006).

Apesar de considerada uma única categoria, a agricultura familiar engloba uma diversidade de sujeitos, sendo parte deste universo os assentados rurais beneficiários da Política Nacional de Reforma Agrária, organizados ou não em diferentes movimentos sociais, dentre eles o MST.

Desde sua formação, em 1984, o MST assumiu o desafio de contribuir com a formação de consciência daqueles que se inserem na luta pela terra sobre os problemas agrários e os elementos político-econômicos que forjam a exclusão social. Neste sentido, o tema de como organizar os assentamentos, a produção agrícola e a comercialização se fizeram presentes nos debates cotidianos da organização. (GONÇALVES, 2008).

Na década de 1980, os assentamentos foram inseridos na lógica convencional de produção, oriunda da “Revolução Verde”, iniciada no país na década de 1960, pois o contexto da luta pela terra era voltado à conquista das áreas consideradas improdutivas. Neste sentido, a reforma agrária tinha como objetivo tornar os novos territórios altamente produtivos, a fim de garantir visibilidade e chamar atenção para necessidade de se fazer reforma agrária no país.

Segundo Gonçalves (2008) o cultivo intensivo do solo através das monoculturas, a irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e manipulação genética das plantas cultivadas formaram a “espinha dorsal” da agricultura difundida no período da “Revolução Verde”.

Apesar de apontamentos a respeito da primeira manifestação de agricultura alternativa ter ocorrido em 1920, quando o inglês Albert Howard cunhou o conceito de Agricultura Orgânica. No Brasil, este tema encontrava-se bastante restrito ao meio acadêmico e muito distante da realidade dos produtores rurais. Neste sentido, havia uma ideia de um sistema de produção retrógrado e atrasado, representando um retorno ao passado. Porém, segundo Gonçalves (2008), o desenvolvimento da agricultura alternativa foi sendo aprofundado cada vez mais através de estudos e iniciativas para conhecer a

viabilidade técnica, econômica, ecológica e social, das diferentes concepções de agriculturas alternativas, entre as quais se destacam a “Agricultura Orgânica”, a “Agricultura Biodinâmica”, a “Agricultura Natural”, a “Agricultura Ecológica” e a “Permacultura”.

Neste sentido, a agricultura alternativa, ainda tímida na realidade brasileira, foi deixada de lado nos assentamentos de Reforma Agrária do MST, em detrimento ao modelo convencional de produção sob o argumento da alta produtividade e cultivo de alimentos em larga escala. Contudo, no final da década de 1980, alguns limites desta agricultura convencional foram sinalizados dentro dos assentamentos rurais, como por exemplo, o endividamento através do crédito rural, os altos custos de produção, bem como, a dificuldade de escoamento dos produtos pela competição com o grande produtor e falta de canais de comercialização adequados.

Tal situação incitou o MST, em 1988, a desenvolver o tema da Cooperação e propor um sistema cooperativista próprio, inspirado em diferentes experiências internacionais, como estratégia para o desenvolvimento produtivo dos assentamentos. Entre os “modelos” de organização da produção, encontram-se as cooperativas coletivas (CPAs - Cooperativas de Produção Agropecuária, estrutura baseada em coletivização total dos meios de produção, do processo de gestão e do trabalho) e as formas de cooperação agrícola diversificadas, onde o acesso à terra se faz com produtores assentados individuais, mas que se organizam em grupos de famílias, associações de produtores, cooperativas locais e cooperativas regionais (GONÇALVES, 2008)

Segundo Scopinho (2007), foram organizadas mais de quarenta Cooperativas de Produção Agropecuária (CPA's) no país, muitas inteiramente coletivistas, não só quanto à organização do trabalho, mas também quanto a certos aspectos da vida doméstica como, por exemplo, o uso de refeitórios e creches.

Para o MST, estas formas de organização representaram mecanismos táticos e estratégicos para criar grupos mais coesos e mais fortes para pressionar o Estado, requerer e acessar políticas públicas, e para resistir à drenagem de renda da terra, já que a aplicação de recursos individuais de maneira coletiva ou cooperativada possibilitaria dominar praticamente todo o circuito entre a produção, o processamento e a distribuição da produção agrícola até o mercado consumidor, ampliando a renda das famílias assentadas e conduzindo-as a um processo dinâmico de superação do capital. (GOLÇAVES, 2008)

Dezenas de ações menores, mas muito importantes, como os mutirões coletivos de trabalho, associação de produtores para a compra de máquinas e insumos, organização de grupos semi-coletivos para a compra/desfrute de máquinas e equipamentos foram organizados em assentamentos vinculados ao MST. (GONÇALVES, 2008)

Com a organização produtiva dos assentamentos, ocorreu uma mudança na dinâmica econômica em escalas locais e até mesmo regionais, segundo alguns estudos isso ocorreu pois a produção de riquezas aumentou e se diversificou (mais leite, mais grãos, mais raízes e tubérculos), diversificando também o número de agentes de comércio formais (empresas de laticínios, casas agropecuárias, cerealistas, cooperativas, agroindústrias processadoras, etc) e informais (atravessadores) que passaram a se reproduzir vendendo animais (gado, aves) máquinas e insumos agropecuários (tratores, equipamentos, adubos, pesticidas), serviços (orientação técnica agrônômica e veterinária), bens de consumo duráveis e não duráveis (carros, eletrodomésticos, roupas), e materiais de construção às famílias assentadas, como também, comprando a produção de leite, de grãos (soja, milho, trigo, arroz, feijão), de raízes e tubérculos (mandioca, batata), de fibras (soja, algodão), de agrocombustíveis (mamona, cana-de-açúcar) e gado das famílias. (GONÇALVES, 2008).

Na década de 1990, o MST passou a incorporar o debate das questões ambientais em suas pautas. Isso ocorreu devido a conjuntura vivenciada e ao impulso realizado pela Via Campesina, uma articulação internacional de organizações do campo, da qual o MST passou a fazer parte em 1995. Ganhou força o tema relacionado às sementes como patrimônio da humanidade e o debate da soberania alimentar, definida como o direito dos povos de decidir sobre sua própria política agrícola e alimentar. Como ação concreta, no ano de 1997, por exemplo, foi fundada a Bionatur visando à produção de sementes agroecológicas. (MST, 2009)

Ressalta-se que neste período, ocorreu a conferência Rio-92 da Organização das Nações Unidas (ONU), que firmou uma diversidade de compromissos ambientais entres os países participantes que culminaram na construção do documento Agenda 21 e, concomitantemente, ocorreu o Fórum Global 92, protagonizado por Organizações não governamentais (ONG's), na qual, o documento produzido foi à chamada “Carta da terra”. Assim, fica evidente que o debate sobre meio ambiente estava ganhando bastante espaço no cenário internacional e, conseqüentemente, também no Brasil. (GROSSI, 2014)

No início de 2000, no IV Congresso do MST foram firmados compromissos com o meio ambiente e, a partir de um debate nacional sobre a necessidade de repensar os assentamentos, foi produzida uma cartilha conhecida como “Novas formas de organização dos assentamentos”. (MST, 2002)

Durante o V Congresso Nacional, realizado em 2007, a agroecologia apareceu explicitamente no texto da carta de declarações públicas do congresso, no sentido de lutar para difusão de suas práticas nos assentamentos rurais. Nesta carta definiu-se a Reforma

Agrária como mais ampla e abrangente relacionada não apenas com a democratização da propriedade da terra, mas com todos os bens da natureza, como água, sementes, biodiversidade, e com a forma de organizar a produção agrícola e a vida social nas comunidades. Além disso, priorizar a produção de alimentos saudáveis para todo o povo brasileiro. (MST, 2007)

Para o MST a mudança na racionalidade social, ecológica e, sobretudo, técnica das famílias, ajudaria a superar a nova dinâmica do capitalismo no campo, baseado em relações de dominação ainda mais severas, como a presença das sementes transgênicas e as articulações entre os capitais transnacionais que se manifestam no através do agronegócio. (GONÇALVES, 2008)

O agronegócio, definido por Delgado (2013) consiste numa associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária. Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado. Em contraponto, segundo Gonçalves (2008), a agroecologia vincula o conhecimento tradicional ao conjunto de diferentes práticas sustentáveis de agricultura (orgânica, biodinâmica, natural, permacultura e biológica) e ao conhecimento técnico e científico para pensar estratégias de desenvolvimento rural sustentável principalmente para comunidades de camponeses empobrecidas e estagnadas economicamente.

Como mostrou Gonçalves (2010), o esforço feito pelo MST para a construção desta matriz produtiva se fundamenta nos princípios da sustentabilidade, e recupera a questão do cooperativismo já trabalhado pela organização. Nesta perspectiva, a cooperação é vista enquanto prática eficaz para a adequação de tecnologias de menor impacto ao ambiente, possibilitando também o resgate dos valores e tradições camponesas. Para o autor, no ideário do MST, a agroecologia e a cooperação não estão separadas, pelo contrário ocupam um mesmo patamar.

No ano de 2014, durante o VI Congresso, devido a prioridade do governo ao Agronegócio e a paralisia na Reforma Agrária, a agroecologia ficou estabelecida enquanto linha política nacional para o MST.

O contexto do período provocou mudanças na própria natureza da luta pela terra no país passando a ser chamada de Reforma Agrária Popular. No Programa Agrário do MST (2014), a organização afirma que a Reforma Agrária de caráter popular, integra relações amplas entre o ser humano e a natureza, envolvendo diferentes processos que representam a reapropriação social da natureza como negação da sua apropriação privada realizada pelo modelo de desenvolvimento capitalista no campo. Isto implica na construção de um novo modelo de produção e desenvolvimento tecnológico que se fundamente numa relação de co-produção ser humano e natureza, na diversificação produtiva capaz de revigorar a

biodiversidade e em uma nova compreensão política do convívio e do aproveitamento social da natureza.

No campo das concepções teórico-conceituais, a partir de contribuições de autores internacionais, foi-se constituindo o marco conceitual do pensamento agroecológico no Brasil, sempre destacando o quanto essa construção se faz recente e a quantidade de conhecimento que vem sendo produzido a partir desses teóricos, sobretudo, motivados pelas novas práticas que gradativamente ganham espaço no país em diversos territórios do país.

Neste sentido, de acordo com Grossi (2014) destacam-se duas principais correntes da agroecologia: a norte-americana, sendo Miguel Altieri e Stephen Gliessman, os nomes mais expressivos, e a chamada escola europeia, tendo como principais expoentes Eduardo Sevilla-Gusmán e Manuel Gonzáles de Molina, integrantes do Instituto de Sociología y Estudios Campesinos – ISEC, da Universidade de Córdoba, na Espanha. De forma breve, compreende-se que existem importantes contribuições dessas correntes para uma concepção de agroecologia adaptada à realidade política, econômica, social e ambiental brasileira, forjando uma concepção própria do movimento social em questão, o MST.

A corrente norte-americana, designa a agroecologia como “uma disciplina científica ou campo de conhecimentos”. Compreendendo-a como um “enfoque teórico e metodológico que, com base em diferentes disciplinas científicas, pretende estudar a atividade agrícola e agrária sob uma perspectiva ecológica” (SCHIMITT, 2009, p. 180).

Além disso, a agroecologia fornece os princípios ecológicos para estudo e manejo de ecossistemas produtivos e, ao mesmo tempo, preservadores dos recursos naturais sendo culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis, elegendo o “agroecossistema” como unidade de análise. (ALTIERI, 2004)

Segundo Grossi (2014 p. 106), tratando da corrente europeia, nas elaborações de Sevilla-Gusman (2001,2005, 2006) há uma ampliação desta perspectiva, “a partir do direcionamento destes conhecimentos para fundamentar possibilidades de desenvolvimento rural, potencializando os processos sociais que envolvem a necessária participação organizada dos agricultores, com seus conhecimentos e práticas.”

Guzman (2001, p. 35), apresenta o debate agroecológico como “contraponto à lógica do neoliberalismo e da globalização econômica, assim como aos cânones da ciência convencional, cuja crise epistemológica está dando lugar a uma nova epistemologia, participativa e de caráter político”. Para o autor, a Agroecologia, propõe o desenho de métodos de desenvolvimento endógeno para o manejo ecológico dos recursos naturais,

necessita utilizar, na maior medida possível, os elementos de resistência específicos de cada identidade local.

Dessa forma, a agroecologia assume papel importante para o avanço da proposta de Reforma Agrária no país tanto do ponto de vista de conquista de novos territórios, calcados em uma proposta diferenciada de projeto de assentamento, quanto em processos de mudança de matriz produtiva nos territórios já conquistados pelo MST, forjando novas relações sociais.

Como discorre Gonçalves (2008), consolidar a agroecologia nos assentamentos rurais requer constituir sistemas produtivos que diminuam a dependência de produtores e consumidores em relação às empresas que dominam a agricultura, contribuindo assim para a formação do que os movimentos chamam de “Soberania Alimentar”.

Breve histórico do Assentamento Mário Lago

O assentamento “Mário Lago” está localizado no município de Ribeirão Preto, noroeste do Estado de São Paulo em ecossistema de transição Cerrado e Mata Atlântica. A temperatura média mensal máxima de 23,9 °C com clima tropical semi-úmido, estação chuvosa sujeita a se atrasar para o outono, estação seca no inverno e índice pluviométrico de 1500 mm/ano concentrados de outubro a abril (CORREA NETO, et. al. 2016).

Segundo Mafort (2013), a região de Ribeirão Preto foi ocupada por posseiros e tornou-se referência na produção de café no início do século XX. Somente após a crise de 1929, iniciou um processo de transição para o plantio da cana-de-açúcar e, na década de 1970, com incentivo governamental do Programa Proálcool e posterior incentivo na década de 2000 (acordo Brasil-EUA), firmou-se como grande produtora do setor sucroalcooleiro no Estado de São Paulo.

Ao mesmo tempo em que é considerado “capital do agronegócio” devido a produção proveniente da cana-de-açúcar, o município carrega contradições, como é o caso, da questão ambiental devido a presença do Aquífero Guarani, maior manancial subterrâneo de água doce do mundo, com uma extensão de aproximadamente 1,2 milhão de km², abrangendo o Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. (NUNES; BRECHANI, 2016)

Segundo Nunes et. al. (2016), trabalhos realizados pela Embrapa Meio Ambiente na região de Ribeirão Preto, no período compreendido entre 1994 e 2001, evidenciaram que as atividades agrícolas utilizam uma carga considerável de produtos químicos potencialmente contaminantes, destacando-se alguns herbicidas usados intensivamente na cultura de cana-de-açúcar e, segundo dados do Inventário Florestal do Estado de São Paulo (IFSPS, 2012), o município conserva apenas 3,2% da cobertura vegetal natural, devido ao

desmatamento causado nos últimos 38 anos e o restante sendo ocupado pelo cultivo de cana-de-açúcar.

A partir de levantamentos realizados por Gonçalves (2010), junto ao poder jurídico e ao Ministério Público de Ribeirão Preto, as degradações dos recursos naturais na antiga Fazenda da Barra datavam da década de 1980. Nos processos constam que em 1984, a Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira, antiga proprietária da área averbou 358,16 hectares referente as áreas de Reserva Legal do assentamento (de acordo com os 20% exigidos no Código Florestal), porém, ainda no mesmo ano a Fundação requereu ao Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DPRN/SP) o desmatamento de uma área de 126,60 hectares, no entanto, desmatou 235,99 hectares sendo autuada pela Polícia Florestal.

Em 1992, foi constatada outra infração ambiental relacionada à queimada de cana-de-açúcar numa das áreas da rede de alta tensão. Em 1993, foi aberto um inquérito civil pelo promotor do meio ambiente contra a Fundação Sinhá Junqueira e contra José Mauro Biagi, um dos sócios da Piripau Agrícola Ltda., parceira da Fazenda naquela época. Já no ano 2000, foi realizada uma nova vistoria no local que resultou em um laudo elaborado e assinado por técnicos ambientais e um novo promotor de justiça apontando a existência de um grande passivo ambiental, além disso, verificou-se que a terra era subexplorada, portanto, improdutiva do ponto de vista legal. (GONÇALVES, 2010)

Diante disso, relata Gonçalves (2010) que o processo de desapropriação da Fazenda da Barra foi iniciado no ano 2000, arrastando-se por alguns anos. Neste tempo, o MST foi organizando famílias e iniciou a luta pela terra nesta área em 2003. As famílias permaneceram acampadas até o ano de 2007, quando o assentamento Mário Lago foi oficialmente criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Foi adotado um Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), modelo de assentamento importado do norte do país, que consiste na integração da preservação ambiental com a prática da agricultura/agroextrativismo e o estabelecimento de comunidades rurais (NUNES; BRECHANI, 2016).

Destaca-se importante papel da sociedade civil para a desapropriação da área, através de apoio à nova proposta produtiva pautada pelo MST para a Fazenda em questão. Gonçalves (2010) relatou que durante o período de acampamento foram realizadas várias ações para sensibilizar a opinião pública de Ribeirão Preto como, por exemplo, marchas, acampamento no centro de cidade e abaixo assinados.

Compõem o assentamento “Mário Lago”, localizado no PDS da Barra, 264 famílias com lotes de 1,7 hectares e áreas coletivas para plantio e para sua organização local como igrejas, cooperativas, escola, comercialização, entre outros.

Foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), no qual estão presentes critérios que culminam na adequação ambiental da área degradada pelo antigo proprietário. Nos acordos se fazem presentes pontos que tratam sobre a organização produtiva com incentivo às práticas cooperativas; reflorestamento e defesa ambiental; destinação de 35% da área para Reserva Legal, considerando a região de recarga e afloramento do Aquífero Guarani, sendo 20% de Reserva Legal estrita e 15% de Reserva Legal por Sistema Agroflorestal; incentivo às práticas de produção agroecológica, programas de fomento, disseminação, multiplicação e massificação da agroecologia, além de programas de agrobiodiversidade, programa florestal, manejo sustentável da água e irrigação e rejeição do uso de agrotóxicos, também sob pena de criminalização (NUNES; BRECHANI, 2016).

Ainda, na época de acampamento, uma grande diversidade de produtos já era encontradas nos espaços em volta dos barracos de lona servindo para o auto-consumo das famílias e comercializadas em algumas possibilidades, dentre os produtos havia milho, abóbora, mandioca, feijão de corda, caxi, maxixe, batata doce, mamão e banana. Sendo o acesso à água para irrigação, uma dificuldade bastante presente na vida destas famílias. (GONÇALVES, 2010)

A produção é comercializada desde 2011 pela via institucional em formas associativas, principalmente, através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - Doação Simultânea, desenvolvido pelo governo federal como parte integrante do Programa Fome Zero e em menor quantidade para a Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conforme a Lei n. 11.497 de 16 de junho de 2009. No ano de 2015, foi iniciado também o processo de comercialização direta com a implantação de pontos de feira e entrega de cestas semanais da produção advinda das agroflorestas (NUNES; BRECHANI, 2016).

Para desenvolver a produção no assentamento através dos Sistemas Agroflorestais a busca de parcerias foi um elemento fundamental. Segundo Nunes et. al. (2016), a partir do final de 2011, o processo relacionado à produção agroflorestal no assentamento encontrou caminho fértil na consolidação de uma parceria com a Associação de Produtores Agroflorestais da Barra do Turvo e Adrianópolis, a Cooperafloresta, abrindo posteriormente portas para outras parcerias como a Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo (SMA) e o Fundo Nacional para Biodiversidade (Funbio), com isto, até 2015, aproximadamente 80 famílias foram envolvidas com a implantação de áreas de agrofloresta em seus lotes e também em áreas coletivas localizadas nas Reservas Legais.

Resultados e discussão

Foi identificado que a única modalidade de PAA adotada no município de Ribeirão Preto e, conseqüentemente, no assentamento Mário Lago no período de 2011 a 2015 foi a de Doação Simultânea. Segundo Cavalcanti & Marjotta-Maistro (2015) o destaque desta modalidade está associado ao fato de que é a única operada com recursos do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário por todos os executores do PAA, ou seja, pela CONAB, estados e municípios.

De acordo com os levantamentos (Tabela 2) no período de 2011 a 2015 as entidades atuantes no município movimentaram um total de R\$ 7.555.953,51, uma média anual de R\$ 1.259.325,59/ano.

Tabela 2 – Comercialização via PAA - Modalidade Doação Simultânea no município de Ribeirão Preto/SP – (2011 a 2015)

Ano	Nº de entidades	Valor total
2011	7	R\$ 1.245.721,50
2012	10	R\$ 1.430.054,15
2013	3	R\$ 1.332.944,51
2014	7	R\$ 2.491.233,35
2015	3	R\$ 1.056.000,00
TOTAL		R\$ 7.555.953,51
Média anual		R\$ 1.259.325,59

Fonte: Portal da Transparência/MDS. Organizado pela autora.

No mesmo período, foi comercializado, apenas no assentamento Mário Lago (Tabela 3), um montante de R\$ R\$ 3.457.290,00 por três diferentes entidades. De acordo com os dados da Tabela 3, pode-se concluir que ao longo dos anos houve um aumento no volume de recursos acessados pelas entidades, o que significa maior adesão e participação dos agricultores nos projetos de PAA executados. Avaliando-se como elemento importante para este aumento, o surgimento de uma nova Cooperativa (Comater), em 2014, no cenário da comercialização agroecológica do assentamento.

Tabela 3 – Comercialização via PAA – modalidade Doação Simultânea no assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto/SP – (2011 a 2015)

Ano	Entidades	Nº de entidades	Valor/Entidade	Valor total/ano
2011	Cooperares	2	R\$ 452.610,00	

	Amarp - Projeto 1		R\$ 219.960,00	
	Amarp - Projeto 2		R\$ 80.370,00	
	Subtotal 2011			R\$ 752.940,00
2012	Cooperares	2	R\$ 482.220,00	
	Amarp - Projeto 1		R\$ 131.130,00	
	Amarp – Projeto 2		R\$ 45.000,00	
	Subtotal 2012			R\$ 658.350,00
2013	Cooperares	1	R\$ 601.400,00	
	Subtotal 2013			R\$ 601.400,00
2014	Amarp	3	R\$ 452.600,00	
	Comater		R\$ 224.000,00	
	Cooperares		R\$ 768.000,00	
	Subtotal 2014			R\$ 1.444.600,00
2015	Não houve novo projeto, pois os outros ainda estavam em execução	0	0,00	0,00
	TOTAL			R\$ 3.457.290,00

Fonte: Portal da Transparência/MDS. Organizado pela autora.

Ao comparar o número de entidades do município que comercializaram via PAA, por ano, com o número de entidades do assentamento (Tabela 4), nota-se que no ano de 2011, a 2014 estes números variaram de 2 a 3 entidades e, em 2015 não houve novo projeto aprovado, apenas a continuidade dos projetos anteriores. Em comparação com as entidades presentes no município, o número de entidades do assentamento, não é considerada relevante.

Tabela 4 – Comparativo das entidades que acessaram o PAA no assentamento em relação ao município (2011 a 2015).

Ano	Nº de entidades do município/ano	Nº de entidades do assentamento/ano
2011	7	2
2012	10	2
2013	3	1
2014	7	3
2015	3	0

Fonte: Portal da Transparência/MDS. Organizado pela autora.

Porém, a partir da Tabela 5, quando se trata do montante de recursos comercializados, o número aparece de maneira bastante expressiva. Em 2011, o valor acessado pelas entidades do assentamento representou 60,4% dos recursos do município, em 2012 esse valor foi de 46%, em 2013 foi de 45% e em 2014 representou

aproximadamente 58%. Do montante total de recursos comercializados no período o valor do assentamento correspondeu a 45,75%, quase metade de todo recurso movimentado no município.

Tabela 5 – Comparativo dos recursos das entidades que acessaram o PAA no assentamento com relação ao total de recursos do município. (2011 a 2015)

Ano	Valor total município / ano (R\$)	Valor total assentamento / ano (R\$)	Comparativo (%)
2011	1.245.721,50	752.940,00	60,4
2012	1.430.054,15	658.350,00	46,03
2013	1.332.944,51	601.400,00	45,11
2014	2.491.233,35	1.444.600,00	57,99
2015	1.056.000,00	0,00	0 ²
Total	7.555.953,51	3.457.290,00	45,75

Fonte: Portal da Transparência/MDS. Organizado pela autora.

De acordo com a Tabela 6 houve, de fato, aumento no número de produtores envolvidos na comercialização do assentamento, isso resultou também no acréscimo da quantidade (kg) de alimentos comercializados, verificou-se que no ano de 2011 foram entregues 433.270 kg, no ano de 2012 o número variou para 603.473 kg, em 2013, com apenas um projeto, foram entregues 306.463 kg e no ano de 2014 foram 788.035 kg, resultando no total de 2.130.241kg de alimentos, portanto, 2130 toneladas de produtos composto de 39 a 75 tipos de variedades diferentes por entidade/ano.

Além disso, pode-se observar que de 2011 a 2015, houve um aumento na quantidade de recursos que cada família poderia acessar anualmente. Os projetos de 2011, e parte de 2012, consistiam em R\$ 4230,00 /família/ano e no segundo semestre de 2012, esse valor apresentou um salto para R\$ 4500,00/família/ano. Em 2013 e 2014, foram assinados projetos no valor de R\$ 6200,00/família/ano e, ainda em 2014, já aparece um projeto no valor de R\$ 8000,00/família/ano. Representando de 2011 para 2015 um aumento de 89% nos recursos possíveis de serem acessados por famílias.

Pode-se observar também que em um mesmo ano, algumas entidades apresentaram dois projetos diferentes e iniciaram a execução dos mesmos, porém, com produtores diferentes, aumentando a participação dos agricultores no processo de comercialização.

² Não há dados da comercialização no assentamento para o ano de 2015.

Tabela 6 – Quantidade de produtores envolvidos no PAA/ano, número de variedades entregues e quantidade de alimentos comercializados/ano (kg). (2011 a 2015)

Ano	Entidade	Nº de produtores envolvidos	Nº de variedades entregues	Total (kg)	Valor do PAA/família (R\$)
2011	Cooperares	107	57	241.058	4.230,00
	Amarp - Projeto 1	52	56	123.395	4.230,00
	Amarp - Projeto 2	19	45	68.817	4.230,00
Subtotal 2011		178		433.270	
2012	Cooperares	114	53	466.495	4.230,00
	Amarp - Projeto 1	31	45	103.952	4.230,00
	Amarp - Projeto 2	10	44	33.026	4.500,00
Subtotal 2012		155		603.473	
2013	Cooperares	97	75	306.463	6.200,00
Subtotal 2013		97		306.463	
2014	Amarp	73	45	276.878	6.200,00
	Comater	28	39	108.895	8.000,00
	Cooperares	96	75	401.262	8.000,00
Subtotal 2014		197		787.035	
2015	Não houve projeto novo				
TOTAL				2.130.241	

Fonte: Portal da Transparência/MDS. Organizado pela autora.

Por fim, a Tabela 7 demonstra quem foram os beneficiários consumidores atendidos pelos projetos de PAA. Os municípios envolvidos foram Ribeirão Preto, Miguelópolis, Barretos e Guaiúra, ou seja, quatro municípios da região. Não foi possível identificar quais as entidades foram atendidas diretamente, pois aparecem apenas duas categorias, uma delas são os “acampamentos” que receberam a Doação Simultânea dos produtos e a categoria “outros” que pela amplitude não nos permitiu detalhes mais aprofundados.

Tabela 7 – Identificação dos beneficiários consumidores atendidos

Ano	Entidade	Nº de Entidades	Município	Categoria
2010	0			
2011	Cooperares	1	Ribeirão Preto	Acampamento
	Amarp - Projeto 1	6	Ribeirão Preto	5 - Acampamentos 1 – Outros
	Amarp - Projeto 2	1	Miguelópolis	Outros

	Cooperares	2	Barretos e Ribeirão Preto	1- Acampamento 1- Outros
	Amarp - Projeto 1	1	Miguelópolis	Outros
2012	Amarp - Projeto 2	1	Miguelópolis	Outros
			Barretos e Ribeirão Preto	1- Acampamento 1- Outros
2013	Cooperares	2		
	Amarp	2	Guaira e Miguelópolis	1- Acampamento 1- Outros
	Comater	1	Miguelópolis	Outros
			Barretos e Ribeirão Preto	1- Acampamento 1- Outros
2014	Cooperares	2		
2015	Não houve novo projeto aprovado, pois os outros ainda estava em execução			

Fonte: Portal da Transparência/MDS. Organizado pela autora.

Considerações finais

A sistematização dos dados secundários coletados e suas respectivas análises permitiram a compreensão que a comercialização através do PAA movimentou uma quantidade expressiva de recursos financeiros quando comparada ao total das entidades do município de Ribeirão Preto/SP no período de 2011 a 2015. Além disso, foi expressiva também a quantidade e variedade de alimentos comercializados.

Do montante total de recursos comercializados no período (2011-2015) o valor do assentamento correspondeu a 45,75% do total, ou seja, quase a metade de todo recurso movimentado pelas entidades presentes no município, independente da entrega dos alimentos ocorrer no próprio município ou em outros da região. Em relação à quantidade de alimentos (t) obteve-se, para o mesmo período, um total de 2130 toneladas de produtos entregues as entidades beneficiadas do PAA, chegando a alcançar 75 tipos de variedades de alimentos diferentes.

Neste sentido, a partir do entendimento que o assentamento foi homologado no ano de 2007, há uma lacuna nos dados, pois não foram encontrados registros nas fontes de dados da comercialização via PAA antes de 2011, o que não nos permite afirmar que esta forma de comercialização não tenha ocorrido.

Ainda sim, considera-se o período estudado (2011-2015), um momento fundamental para o estabelecimento das famílias no local e também do modo de produção agroecológico, mesmo que naquele momento, não existia nenhum processo de certificação

em andamento e, nesse caso, o produto foi comercializado no preço do convencional. Pode-se afirmar, pela quantidade de recursos comercializados, que o acesso a este programa foi fundamental para a geração de renda das famílias no período e incentivo ao sistema de produção local e agroecológico, conforme consta no projeto de assentamento.

Tal situação permitiu ainda, avaliar o quanto é importante a existência dessa ferramenta institucional de comercialização para os agricultores assentados pela política de Reforma Agrária do país e que o programa em si é bastante interessante por combinar ações de emergência e ações estruturais, com vistas à segurança alimentar e luta contra a pobreza, buscando, desde uma perspectiva não assistencialista, promover a inclusão social e o desenvolvimento local.

Uma dificuldade enfrentada para produção deste artigo foi trabalhar com dados secundários. Para realizar uma avaliação mais aprofundada do processo de comercialização, via PAA no assentamento, é interessante que futuros trabalhos coletem dados primários fazendo entrevistas com os agricultores envolvidos e procurando dialogar sobre temas como gestão dos recursos, aplicação nas áreas de produção, melhoria da qualidade de vida, assistência técnica e extensão rural.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável / – 4.ed. – Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004.

BRASIL. Lei 11.326 – **Política Nacional de Agricultura Familiar**. Disponível em: www.agencia.cnptia.embrapa.br/repositorio/lei+11326+de+24+07+2006+politica+nacional+d e+AF_000fcuq8tmd02wx5eo0a2ndxys6361i2.doc. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

BRASIL. **Plataforma de indicadores do governo federal**. Disponível em: http://pgi.gov.br/pgi/indicador/pesquisar/filtrar?textoLivre=&numeroPaginaCorrente=1&campoOrdenacao=&abaSelecionada=0&hiddenTematica=4&hiddenClassificacao=204878&esconderIndicadores=false&esconderPaineis=false&enableColArvoreFiltros=&enableColCesto=&dat_indicador_ultimaatualizacao=&dsc_indicador_primeirareferencia=. Acesso em 14 de outubro de 2016.

BRASIL. **Portal da Transparência Pública do Programa de Aquisição de Alimentos – CONAB**. Disponível em: www.consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparencia. Acesso em 18 de outubro de 2016.

BRASIL. **Secretaria de Avaliação da Gestão da Informação (SAGI)**. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2011/visi_paa_geral/pg_principal.php?url=abertura. Acesso em setembro de 2016.

CAVALCANTI, N. T. F. et. al. Mercados institucionais no Brasil: o programa de aquisição de alimentos no Estado de São Paulo. In: **Anais do VIII Congresso da APDEA e do II**

Encontro Lusófono Economia, Sociologia, Ambiente e Desenvolvimento Rural, Coimbra, 2016. p. 3189-3201

CAMPOS, A. & BIANCHINI, V. A Agricultura Familiar passa a ser uma prioridade de estado. . In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014, p.143.

CORREA NETO, N. E. C. et. al. Sistemas Agroflorestais em assentamentos da Reforma Agrária. Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do turvo e Adrianópolis – Cooperafloresta. **Publicação Petrobrás Sócioambiental**. Boletim técnico, 2016.

COSTA, C. & PASQUAL, M. Participação e Políticas Públicas na Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. In.: ALBUQUERQUE, Maria do Carmo, (Org.) **Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira**. – São Paulo: Instituto Pólis, 2006. 124p.

CHRISTOFFOLI, P. I. A cooperação agrícola nos assentamentos do MST: desafios e potencialidades. In.: **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária** / Édim Benini...[et al] (organizadores).--1.ed.--São Paulo : Outras Expressões, 2012. . p. 133 a p.143

DELGADO, G. Reestruturação da economia do Agronegócio – Anos 2000. In: **Questão Agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. Stédile, João Pedro (org.), Estevam, D. (ass. pesq.), 1ªed., São Paulo, Expressão Popular, 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE. **Orçamento de Temer corta verba para reforma agrária**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/10/1818845-orcamento-de-temer-corta-verba-para-reforma-agraria.shtml>. Acessado em 10 de janeiro de 2017.

GLISSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001. 653 p.

GONÇALVES, J. C. **Reforma Agrária de Desenvolvimento Sustentável?** A difícil construção de um assentamento rural agroecológico em Ribeirão Preto/SP. Dissertação (mestrado). São Carlos: UFSCar, 2010.

GONÇALVES, S. **Campesinato, resistência e emancipação**: o modelo agroecológico adotado pelo MST no estado do Paraná. Tese (doutorado). Presidente Prudente: UNESP, 2008.

GROSSI, M. A. **Politização da Questão Ambiental no MST**: a agroecologia como estratégia produtiva e política. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Serviço Social, 2014.

GUZMAN, S. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001. 30 p.

IFSPS. **Sistema de informações florestais do estado de SP**. Disponível em: <http://www.iflorestal.sp.gov.br/sifesp/inventario.html>. Acessado em 08 de novembro 2016.

MAFORT, K. C. **A hegemonia do agronegócio e o sentido da reforma agrária para as mulheres da Via Campesina**. Dissertação (mestrado). Araraquara: UNESP, 2013.

MÜLLER, A. L. **A construção das políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre, 2007.

MST. **Cartilha - Novas formas de organização dos assentamentos**. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. 2002

MST. **Cartilha - O que levar em conta para a organização do assentamento** - “A discussão no acampamento”. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente. 2009.

MST. **Cartilha - Programa de formação para a cooperação e organização dos assentamentos**. Cartilha de apoio nº 2. Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, 2008.

MST. Proposta de Reforma Agrária Popular do MST. In: **A questão Agrária do Brasil: debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. Stédile, João Pedro (org.), Estevam, Douglas (ass. de pesq.) 1ªed, São Paulo: Expressão Popular, 2014.

NUNES, P. J. & BRECHANI, T. Implantação de sistemas agroflorestais: a experiência do assentamento Mário Lago, Ribeirão Preto. **Informações Econômicas**, SP, v. 46, n. 3. p. 13 , maio/jun. 2016

ROCHA, J. H. Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do programa de aquisição de alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista/Roraima. **Revista NERA** Presidente Prudente Ano 19, nº. 31 pp. 111-142 Mai-Ago./2016

SCOPINHO, R. A. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, Brasil. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 2007, p. 84-94,

SHIMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. SAUER, S e BALESTRO, M. (org.). SÃO PAULO: Expressão Popular, 2009.

SHIMIITT et. al. O Programa de Aquisição de Alimentos em assentamentos de reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas. In.: **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014, p 152 a 184,

SÉCULO DIÁRIO. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar pode acabar em 2017**. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/31465/10/paa-pode-acabar-em-2017>. Acessado dia 10/01/2017.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – o debate na década de 2000/** João Pedro Stedile (org); Douglas Estevam (assistente de pesquisa) – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013. 288 p.

Recebido para publicação em 21 de março de 2017.

Devolvido para a revisão em 23 de abril de 2017.

Aceito para a publicação em 22 de junho de 2017.